



Subcomitê Juquery Cantareira

Resumo Executivo da A T A^{*} SUBCOMITÊ DA BACIA HIDROGRAFICA ALTO TIETÊ JUQUERY - CANTAREIRA

Aos dez dias de março de 2010 reuniram-se na Associação Comercial de Mairiporã, em Mairiporã-SP, Conselheiros, representantes e convidados do SCBH-AT Juquery Cantareira, para tratar da pauta, conforme convocatória da Secretaria Executiva.

A plenária do Subcomitê da bacia hidrográfica do Alto Tietê Juquery Cantareira, composta pelo colegiado tripartite com os representantes do Governo do Estado de São Paulo, os Municípios e a Sociedade Civil Organizada da bacia hidrográfica encaminhou e deliberou :

O Presidente do Subcomitê Antonio Shigueyuki Ayacida, Prefeito de Mairiporã representando o segmento municípios, agradeceu as presenças, deu as boas vindas dando por iniciada a plenária. Osvaldo Vieira de Oliveira, Secretário executivo do Subcomitê, representando segmento governo do estado/Sabesp informou que o Subcomitê apresentou 5 projetos para os pleitos FEHIDRO/2010. **Foi deliberado que as reuniões continuariam sendo nas 1a. terça-feira de cada mês de forma bimestral.** Bonfílio Alves, representando segmento municípios PM Caieiras/Secretário de Meio ambiente, parabenizou os municípios que apresentaram projeto vinculado à SABESP "PROGRAMA DE USO RACIONAL DA ÁGUA-PURA", dizendo que poderiam pensar futuramente em estender até mesmo aos domicílios com a parceria das entidades da Sociedade Civil Organizada da região a fim de minimizar o desperdício de um recurso tão escasso na bacia, e em toda região metropolitana, como é a água, ainda mais em face à nova gestão exigida em tempos de mudanças climáticas. Disse que também é muito importante a capacitação do colegiado para a captação dos recursos FEHIDRO, tendo em vista que haverá mais recursos advindos da cobrança pelo uso da água, em breve, esses recursos devem ser cada vez melhor utilizados beneficiando a bacia, além do que tendo em vista que por erro de cálculo da CRHi-Coordenadoria de Recursos Hídricos o Comitê do Alto Tietê recebeu recursos a menor, cerca de R\$ 2 milhões, e que o reembolso será pleiteado, poderiam reivindicar que parte do recurso fosse reservado para programas de capacitação. O Presidente como já havia manifestado na reunião anterior ensejou sua grande preocupação quanto à morosidade do andamento da Lei Específica-LE APRM-Juquery Cantareira, também com novas legislações dispendo sobre construções em topo de morros onde em determinadas áreas pelo menos

* As plenárias do SCBH-AT Juquery-Cantareira dispõem da Ata Completa taquigrafada registrando a forma como foi proferida (ipsis verbis) na garantia de registro fiel. Este é um Resumo Executivo com objetivo de facilitar e dinamizar a apreciação dos Conselheiros(as) e demais interessados(as).

40% não poderia ser construído em seu município, penalizando mais uma vez o município, não só na questão habitacional como nas receitas advindas do uso do solo municipal. Rodrigo Castanho, representando Secretaria do meio ambiente-SMA informou que a LE está na Assessoria Técnica Legislativa-ATL no Palácio do Governo. Mário César Nascimento, representando segmento sociedade civil organizada/Acorda Mairipa disse que a LE também tem grande interface com a questão dos parques lineares na região, assim **propôs que na próxima reunião plenária fosse convidada a equipe Coordenadora do processo para uma apresentação.** Também informou que sua entidade foi contemplada com recursos do FEHIDRO para continuidade do projeto estrada parque. E a plenária entrou em debates sobre como poderiam encaminhar a LE para tramitação mais rápida, e também da importância da criação dos parques. **Foi encaminhado que enviariam ofício à Fundação Florestal para explicar sobre o tema em plenária do Subcomitê, onde o colegiado colocaria suas reivindicações e as demandas da população, na construção de parques que realmente atendesse seus anseios.** Jonpeter Germano, representando segmento municípios, Prefeitura de Mairiporã, informou que toda documentação da Fundação Florestal sobre os estudos dos parques atendendo os preceitos de disponibilização de informações para a Audiência pública já estavam disponíveis, e Bonfílio solicitou a disponibilização dos estudos para todos membros do Subcomitê em meio digital. O Presidente complementou "Também o que é importante é que Mairiporã é a última represa, abastecendo quase 70% da população de São Paulo, e acho que então tínhamos até que ter um atendimento diferenciado, mas parece que não estão preocupados, não sei o que estão pensando. E nós somos cobrados, estamos próximos a São Paulo, a população vem para cá, como vamos fazer com essa situação, sem recursos? Até investimentos do Ministério do Turismo, para atrair para a cidade não conseguimos fazer esses investimentos, e nós pedimos área para Sabesp somente para fazer investimentos, não é para fazer edificação, nada, você não consegue a cessão da área, eu fico indignado com isso, muito indignado, e não estamos querendo degradar nada, estamos querendo fazer investimentos, construir parques, embelezando nossa cidade, naquele espaço do anel Mário covas, temos o projeto aprovado, pedimos autorização da Sabesp, só para a concessão para poder implantar esse nosso projeto, já se passaram os meses, e vou acabar perdendo recursos, e está largado lá, a Sabesp nem cuida, cheio de mato criando pernilongos. O que é isso gente? Estou desabafando aqui porque não estou pedindo nada demais, se fosse pedir uma área para construir um conjunto habitacional, outro tipo de construção, até concordaria, mas estou pedindo para deixar a cidade mais bonita, e a gente não consegue. (...) nada pode nessa cidade. Veja a coleta seletiva, e aí o que acontece, a população joga lixo nos córregos, nós não temos atendimento da Sabesp, os esgotos são jogados nos córregos, estou falando aqui porque venho cobrando, e vejo investimentos feitos por aí, e aqui em Mairiporã... temos que ter investimentos maiores porque o dia que essa água for comprometida 70% da população de São Paulo estará comprometida." e também que se a Sabesp não apresentassem dados concretos iria procurar outras alternativas, pois o município tem condições. O engenheiro Carlos R. Dardis, representando segmento governo do estado de São Paulo/Sabesp disse que no dia anterior foi

encaminhado o projeto dos parques Mário Covas e Rotary. Disse o Secretário "iniciaram as obras da ETA, e tenho acompanhado, realmente temos tido uma dificuldade grande na Cetesb com respeito ao licenciamento, já tinha sido até autorizado para liberar área para a construção da ETA. (...) com respeito a Mairiporã, está sendo contratado um novo estudo de concepção para tratar nos próximos anos e até para contemplar essa questão do plano de saneamento, já estivemos no IPT, com o pessoal que está fazendo a Lei Específica, e já está mais ou menos amarrado nas plantas o que pode fazer, o que não pode, com respeito a essa parte da Sabesp..." Jorge S. Chamma, Secretário de Turismo de Mairiporã sugeriu integração das forças do Subcomitê com os demais Prefeitos e a ADR Cidades, Agência do desenvolvimento regional que incorpora as questões da demais represas, e lembrou que o turismo sustentável é fator importantíssimo alavancando o desenvolvimento dos municípios onde não só as represas como a preservação dos recursos hídricos cumprem papel muito importante no fomento ao turismo. Bonfílio solicitou agendamento para o dia 30/03 inaugurando os trabalhos da Câmara Técnica de Saneamento, com os seguintes itens de pauta: apresentação da SABESP sobre os investimentos no saneamento aos 5 municípios da bacia, informes sobre o andamento da renovação de contrato, cronograma de obras e investimentos, elaboração de agenda das reuniões de trabalho da CT, apresentação do andamento dos trabalhos dos planos municipais de saneamento pelos tomadores do projeto junto ao FEHIDRO, convite também à CPTI para sincronizar os trabalhos da CT com os estudos do plano de saneamento. Ana Maria, representando segmento sociedade civil organizada/ABES complementou dizendo "estamos fazendo uma parceria com a federação nacional dos municípios e para assessorar alguns municípios nessa questão do saneamento e em relação aos planos municipais de saneamento, com os protocolos do governo federal para não dar errado lá na frente, porque tem muita gente fazendo, só que de forma que não atende as premissas básicas nacionais, então estamos fazendo protocolarmente, com envolvimento e participação da sociedade civil, e da parte da ABES estamos nos esforçando, e mesmo em parceria e colaboração com a CPTI." Mário César disse " Presidente, só aproveitando, dia 18/11 nós tivemos audiência com o Secretário de estado do Meio Ambiente Xico Graziano, esse ano também entregamos o descumprimento, os condicionantes do Ibama, e principalmente colocando os graves riscos que estamos correndo, não só para a Mairiporã mas talvez toda a Grande São Paulo, porque como eles fizeram um movimento de terra em uma área de um antigo ferro-velho há um risco grave de possível contaminação por chumbo na água, e nós estamos então comunicando e dando o protocolo, vamos informar todos membros do Subcomitê, inclusive o representante da Secretaria do estado do meio ambiente" solicitando providências para mobilizar o corpo técnico dessa Secretaria para supervisão criteriosa da existência das substâncias apontadas e no caso com respeito as condicionante enviar o devido comunicado ao órgão e ao Ministério Público Federal para imediata paralisação das obras em função dos riscos ao meio ambiente e a saúde pública. O Presidente posicionou-se "sou totalmente contra essa situação até porque hoje não tem como parar esse pedágio, a situação que estava lá desse ferro-velho, estava contaminando muito mais do que agora. Não tem como paralisar uma obra dessas aqui, gente. É crime, um absurdo fazer um negócio desses, é contra a cidade.

Se hoje não temos recursos para a cidade é graças a algumas pessoas que não estão pensando na cidade, só estão pensando em alguns interesses. Sou totalmente contra esse tipo de situação. Não tem como parar isso aí. Isso é um desserviço para a cidade, não pode parar e deixar toda essa obra do jeito que está aí. Simplesmente isso é politicagem, e não aceito politicagem aqui na cidade. Acho que temos que pensar mais na cidade. Hoje, a nossa sorte é que está privatizado, e por isso vai ter essa solução mais rápida, se essa obra estivesse na mão do poder público seriam 10 anos para recuperar. Vamos pensar mais na cidade, olha, já temos bastantes restrições, não vamos buscar mais na cidade, a cidade tem que se desenvolver, tem que crescer, chega de restrições, temos que tomar cuidado com a degradação, mas pior era do jeito que estava, tudo abandonado, era um monte de óleo diesel, óleo de motor correndo no solo, e qual é o prejuízo que está trazendo? Isso é politicagem, não aceito politicagem. Sou contra isso. Essa obra não pode parar na situação que está, já que a obra está jeito que está, não vamos trabalhar contra isso gente. Não estão trabalhando a favor da cidade mas fazendo politicagem em cima de uma obra.”

Bonfílio solicitou que o programa financiado pelo FEHIDRO cujo tomador é a prefeitura de Cajamar, para monitoramento das águas do rio Juquery, monitorasse também o córrego com estação de coleta periódica. Houve concordância da representante do município de Cajamar/Diretoria de Meio ambiente, Denise Escada, e nesse mesmo sentido **solicitou a inclusão da continuidade do projeto de monitoramento como demanda induzida, ao que o Secretário colocou em votação, e foi aprovado.** Bonfílio também solicitou que os representantes da Prefeitura de Cajamar apresentassem em plenária os resultados do programa com os dados coletados em cerca de 1 ano de trabalhos. O Engenheiro Francisco, representando governo estado São Paulo/DAEE apresentou Nota Técnica de recomendações à Sabesp em relação a operação de barragens e o Plano de Trabalho em elaboração e análise envolvendo os Comitês de bacia, DAEE, Sabesp, Secretaria de Saneamento de Energia-SSE, Agência Nacional das Águas e com o convite para participação do Subcomitê Juquery Cantareira. A íntegra encontra-se na Ata de inteiro teor. Destaques : Foram condicionantes quando da outorga do sistema em 2004, a necessidade de revisão da cota volume dos reservatórios, revisão de todos estudos hidrológicos e hidráulicos com análise das precipitações intensas e grandes vazões, de todas curvas de descarga, vertedouros, comportas, túneis, e também avaliação das cargas à jusante e elaboração de plano de contingência. No relatório há a consolidação de todas características operacionais sendo que a Sabesp contratou consultoria para consolidar as informações de forma que todas barragens estão revisadas, e também foram feitos estudos de cheias para avaliação do volume de espera. A Sabesp passou a emitir boletim diário da situação das represas para a defesa civil dos municípios. Os resultados mostraram que havia pequenas diferenças de cotas e na relação à cota X volume, já ajustados no novo cadastro e também as curvas de descarga foram verificadas e confirmadas às novas cotas. A segurança das barragens foram verificadas e todas são seguras. As manchas de inundação mostraram que as várzeas tem pouca capacidade para as vazões e precipitações intensas provocam inundações à jusante. A conclusão é que não há resultados sensível, benéfico, se deixarmos volumes de espera. As inundações ocorrem independentemente de descarga das barragens, e com muito menor

efeito do que se elas não existissem. Foi relatado que o DAEE está prestes a iniciar serviços de desassoreamento nas sessões mais impactadas. A plenária entrou em amplos debates sobre os serviços de desassoreamento e sua amplitude, por exemplo Bonfílio parabenizou a condução pelo Engenheiro Dardis no recente período de gestão da crise, enfatizando a necessidade do Subcomitê retomar a gestão estratégica, juntamente com o DAEE, incluindo questões de drenagem, tendo como fórum apropriado a instância técnico do Subcomitê, a CT Saneamento, também da necessidade do plano de macrodrenagem, e na responsabilidade das Prefeituras em seus planos municipais de redução de riscos. Acerca do Plano de Trabalho o Engenheiro Francisco apontou 10 itens : 1- Identificação dos pontos de restrição nas calhas dos rios à jusante dos reservatórios e posterior trabalho de remoção, ou de trechos; 2- Complementar os estudos de planícies de inundação; 3-Revisão das vazões de restrição; 4- Estudos para determinação de volumes de espera, depois da avaliação das calhas, reverter as manchas de inundação e avaliar a vazão de restrição, realizar simulação comparando com a variabilidade de chuvas de 10, 20, 30 ou 50 anos repensando a operação, considerando restrições à jusante; 5-Regras operativas para controle de cheias; 6-Traçar plano de controle de cheias para o próximo verão, 2010-11; 7- Plano de contingência para o próximo verão, o plano não é permanente é refeito todo ano, 8-Acesso às informações, ao banco de dados; 9-Boletins diários de acompanhamento; 10- Sala de situação para recebimento e emissão de dados, 11-Estudo de adensamento da rede hidrometeorológica, identificação de locais para instalação de postos para coleta e registro automático de chuvas e níveis. Após as apresentações houve amplos debates, por exemplo Ruy Marcelo de Freitas, representando segmento municípios P.M Mairiporã disse que era muito bem vindo o convite para o Subcomitê participar nos trabalhos mas que também o DAEE deveria se fazer mais presente nos trabalhos do Subcomitê, e Bonfílio destacou a fraca presença do órgão no colegiado, em uma situação que já vinha de anos. Ruy solicitou que na próxima outorga os custeios com a defesa civil aos municípios fossem contemplados pela Sabesp.

Tendo sido cumprida a pauta dos trabalhos a reunião foi encerrada. A Ata foi coordenada pelo Secretário Executivo, elaborada em conformidade com as laudas taquigráficas da reunião.